



Apresentação

No texto a seguir, apresentamos a organização do Manual do Professor – Material Digital, identificando cada tipo de documento disponibilizado e explicando sua função e ordenação, bem como sua relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Depois, fundamentamos as escolhas de conteúdo e a organização do material tendo como ponto de partida a proposta teórico-metodológica da coleção, mais uma vez explicitando sua relação com a BNCC.

Organização deste material digital

O material digital desta coleção está organizado em bimestres. Cada um deles é composto dos seguintes documentos: Plano de desenvolvimento, Sequências didáticas, Proposta de acompanhamento da aprendizagem e Projeto integrador.

Esses documentos complementam as propostas do livro didático impresso e oferecem outras possibilidades de trabalho. O objetivo é apresentar subsídios que possam enriquecer a atuação do docente. É importante enfatizar que todas as propostas deste material são sugestões: o professor tem autonomia para escolher quais usará em suas aulas e para adequá-las à realidade vivenciada no ambiente escolar.

Plano de desenvolvimento

No Plano de desenvolvimento são indicados os conteúdos tratados e os objetos de conhecimento e habilidades da Base Nacional Comum Curricular, relacionando-os com as práticas didático-pedagógicas sugeridas.

No plano, também são apresentadas práticas que auxiliam a realização do trabalho em sala de aula, de acordo com a proposta da coleção. Há, por exemplo, sugestões de

organização do espaço da sala de aula, dinâmicas com os alunos, resolução de possíveis conflitos, maneiras de inserir os alunos no processo de aprendizagem, entre outras.

Ao conceber o plano, também foram consideradas as competências gerais e específicas previstas na BNCC, que buscam, além da construção de conhecimentos e habilidades, a formação de valores e atitudes, incluindo, por exemplo, autonomia, senso crítico, respeito à diversidade e empatia. Com base no conteúdo previsto e nas práticas sugeridas, espera-se que os alunos desenvolvam essas e outras competências, contribuindo para sua formação integral, conforme exposto na BNCC:

[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **educação integral**. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global [...].

[...] o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

[...].

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 14.

Ao final do documento, há sugestões de *sites*, leituras, vídeos e outros materiais que podem auxiliar o trabalho proposto, seja no conteúdo a ser desenvolvido, seja nas atividades previstas.

Sequência didática

As Sequências didáticas constituem atividades planejadas aula a aula, em uma ordem que permite o alcance dos objetivos propostos. São sugeridas sequências para aprofundar conteúdos, ampliá-los ou trabalhá-los de forma alternativa aos conteúdos propostos no Livro do Aluno e no Manual do Professor em U.

É importante ressaltar que as sequências podem ser adaptadas de acordo com as possibilidades e a realidade de cada escola e turma. Nelas há indicações de momentos nos quais é interessante fazer uma pesquisa complementar a fim de aproximar o conteúdo da vivência dos alunos, por exemplo.

Há também um esforço para que as sequências possam ser realizadas em qualquer escola. Ao sugerir atividades que requerem o uso de recursos tecnológicos, como equipamentos conectados à internet, por exemplo, são oferecidas opções para trabalhar o conteúdo sem empregar essas ferramentas, de modo a não prejudicar o desenvolvimento das habilidades relacionadas aos conteúdos.

O número de aulas mencionado em cada Sequência didática também é uma sugestão. Assim, elas podem ser realizadas em maior ou menor tempo, a critério do professor, que deve considerar seu planejamento e a familiaridade da turma com o conteúdo trabalhado.

Cada sequência contém um quadro que indica os objetos de conhecimento e as habilidades da BNCC desenvolvidos, parcial ou integralmente; os objetivos de aprendizagem traçados para as atividades propostas e os conteúdos trabalhados.

As sequências estão divididas em aulas. Para cada uma delas, são sugeridos procedimentos, material de apoio, como textos e imagens, e questões avaliativas, entre outras formas de verificação do desempenho do aluno. Há um subtítulo, **Avaliação**, com sugestões de como realizá-la e do que deve ser considerado com base nas atividades propostas.

No subtítulo **Para trabalhar dúvidas**, foram previstas dificuldades que podem ser apresentadas pelos alunos e orientação ao professor quanto às melhores maneiras de auxiliar na superação delas. Em **Ampliação**, são sugeridas atividades complementares às aulas da Sequência didática, a fim de aprofundar ou ampliar o conteúdo trabalhado.

Projeto integrador

O Projeto integrador objetiva reunir diferentes áreas do conhecimento, de modo a atribuir maior sentido aos componentes curriculares e seus conteúdos, aproximando-os da

realidade dos alunos ao envolver, preferencialmente, situações que fazem parte de suas vivências. Os Projetos integradores, neste material, são entendidos conforme a descrição a seguir:

[...]

Um método sistemático de ensino que envolve os alunos na aquisição de conhecimentos e de habilidades por meio de um extenso processo de investigação estruturado em torno de questões complexas e autênticas e de produtos e tarefas cuidadosamente planejados.

[...]

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores do ensino fundamental e médio. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 18.

Nos projetos são apresentados temas, componentes curriculares envolvidos, objetivos e produto final. Um projeto pode acompanhar o desenvolvimento do conteúdo de todo o bimestre ou concentrar-se em alguns dos temas de cada disciplina, dependendo de como foi pensado. Os componentes curriculares devem ser trabalhados de maneira equilibrada, sem que seja dada grande ênfase a uma disciplina em detrimento de outras.

A interdisciplinaridade é um aspecto fundamental do projeto, propiciando momentos muito ricos e, às vezes, raros na Educação Básica, em que diversos conteúdos são tratados em sua relação com o objetivo de compreender algum fenômeno da realidade em sua totalidade e em suas diferentes dimensões.

A justificativa do projeto consiste em uma questão que guia seu desenvolvimento, tendo ligação com o cotidiano dos alunos e com os conteúdos trabalhados no bimestre. Os projetos também incluem o subtítulo “Objetivos”, no qual são listados os objetivos gerais e específicos do trabalho proposto.

Seguindo os objetivos, são elencadas as competências gerais da terceira versão da BNCC e as habilidades específicas de cada componente curricular a serem desenvolvidas. Posteriormente, o produto final do projeto – que pode ser bastante variado – é apresentado de maneira mais detalhada, sugerindo-se, em geral, que seja divulgado à comunidade de alguma forma, o que aproxima a escola de seu entorno.

Após a lista de materiais, que pode ser adequada de acordo com a realidade de cada escola, há as etapas do projeto, descritas passo a passo. Sua realização está prevista para um número predeterminado de aulas, mas esse período também pode ser ajustado pelo professor. É recomendável que o professor se aproprie do projeto com antecedência e planeje a distribuição das aulas dentro das disciplinas correspondentes, explicitando o máximo possível a relação entre o tema e cada disciplina e entre elas.

Por se tratar de um trabalho mais longo, é importante fornecer aos alunos as informações referentes ao planejamento do projeto e lembrá-los de cada uma de suas fases, de modo que possam ter a dimensão do todo e fazer as conexões entre as etapas.

As avaliações são realizadas em diferentes momentos do projeto e de formas variadas. Algumas são atitudinais e outras, referentes ao conteúdo, e podem ser usadas para avaliar tanto os alunos como o trabalho, fornecendo informações para que o professor determine a melhor maneira de prosseguir.

Durante as descrições de cada aula e etapa do projeto, são feitas sugestões ao professor, que oferece orientações referentes a possíveis dificuldades que os alunos apresentem, na tentativa de prever questões e propor formas de lidar com elas.

Também são detalhados os procedimentos que devem ser seguidos na confecção do produto final e a forma como ele pode ser apresentado e avaliado. Após a finalização de todas as etapas previstas para o projeto, há o subtítulo **Avaliação**, no qual se organiza um quadro com todas as possibilidades de avaliação, aula a aula, sugerindo o que o professor pode observar e analisar.

Em **Avaliação final**, sugerimos ao professor estratégias de autoavaliação, a fim de auxiliá-lo a repensar sua prática pedagógica e a realização do projeto, identificando os pontos fortes e fracos de sua elaboração. Também aos alunos são propostas estratégias de autoavaliação, de modo a proporcionar a eles um momento de percepção e análise do processo que vivenciaram.

No final do documento, há referências bibliográficas complementares, além de indicações de *sites*, vídeos e outros materiais que podem auxiliar os alunos e/ou o professor no desenvolvimento de temas ou atividades trabalhadas no projeto.

Proposta de acompanhamento da aprendizagem

A Proposta de acompanhamento da aprendizagem tem como objetivo verificar, a cada bimestre, o desenvolvimento das habilidades previstas, acompanhando, assim, o desempenho dos alunos.

O documento contém dez questões, prontas para impressão e seguidas pelas mesmas questões acompanhadas dos respectivos gabaritos, indicação das habilidades trabalhadas e orientações para o professor sobre as possíveis interpretações dos alunos ao indicar as respostas.

É importante orientá-los na interpretação textual para que compreendam o que está sendo proposto em cada questão. As questões abertas possibilitam diferentes formas de expressão – algumas requerem resposta escrita, enquanto outras podem solicitar que o aluno faça um desenho, relacione colunas, localize e indique elementos em imagens com base em alguma classificação, entre outras possibilidades.

Ao final de cada proposta, há a “Ficha de acompanhamento individual”, a ser preenchida pelo professor, com o objetivo de registrar o desempenho de cada aluno, especificando seus avanços e suas dificuldades.

Proposta teórico-metodológica da coleção

A proposta teórico-metodológica da coleção, que norteia o Manual do Professor – Material Digital, tem o espaço geográfico como objeto de estudo e o aluno como sujeito, tanto no seu lugar de vivência quanto na construção do conhecimento. Para isso, outros conceitos e categorias geográficas, que são estruturadoras do conhecimento escolar, são

considerados, como lugar, paisagem, natureza, região e território, com o objetivo principal de formar estudantes capazes de ler, interpretar e atuar no espaço em que vivem.

Entende-se que a Geografia deve contribuir para o aluno compreender o mundo e pensar em caminhos e atitudes propositivas para uma sociedade mais justa. Também deve procurar responder de que formas e com quais objetivos os seres humanos produzem o espaço geográfico, revelando contradições e conflitos. A busca de tais respostas é feita com o apoio dos conhecimentos escolares, visando à superação do senso comum. Nesse processo, a escola tem papel fundamental.

Ao trabalhar os conteúdos propostos, há momentos em que procuramos valorizar as experiências pessoais dos alunos, fazendo a relação, sempre que possível, com seus lugares de vivência, para que os alunos se entendam como parte da realidade estudada. Enfatiza-se, assim, a importância social da Geografia, que consiste em desenvolver habilidades e competências ligadas ao saber geográfico, formando um cidadão consciente que atua e atuará no espaço.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino de Geografia

A Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018, define as principais habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em cada ano do Ensino Fundamental, em cada disciplina, e também de forma geral nessa etapa da Educação Básica.

O foco proposto pela BNCC, em Geografia, é o desenvolvimento do pensamento espacial, “estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza” (BRASIL, 2018, p. 358).

Para o desenvolvimento do pensamento espacial, a BNCC indica o trabalho com os princípios do raciocínio geográfico, propostos por autores como Ruy Moreira, José Alberto Rio Fernandes, Lorenzo López Trigal e Eliseu Savério Sposito, sendo eles: analogia, conexão,

diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. Na coleção, há atividades que visam trabalhar esses princípios com os alunos.

Na BNCC também são trabalhadas categorias como paisagem, lugar, território, região e natureza, estudadas por Lana de Souza Cavalcanti e consideradas essenciais para os processos de ensino e aprendizagem da Geografia na escola.

A paisagem é uma categoria importante em todos os livros, sendo privilegiada ao longo de toda a coleção. É importante atentar, em muitos momentos, para a interdisciplinaridade – em especial com a História e as Ciências Naturais – presente no estudo das paisagens, promovendo a análise de suas transformações e a observação de mudanças e permanências.

O lugar é abordado principalmente levando em conta a localização e os vínculos afetivos, criados com base na vivência dos alunos. Está muito presente sobretudo no sexto e no sétimo ano.

O território é entendido, no sentido clássico, sob a perspectiva dos limites legais, como fronteiras nacionais, especialmente no sétimo, no oitavo e no nono ano, mas também é apresentado seu uso como campo de forças, que se refere a outros atores sociais, como a sociedade; esse sentido é trabalhado ao longo de toda a coleção.

O conceito de região, entendida como a subdivisão de um espaço com base em características comuns, é mais diretamente trabalhado no sétimo ano, mas também é utilizado no oitavo e no nono ano.

A natureza está presente em todos os anos, com destaque para as questões ambientais, especialmente as que colocam os alunos como agentes das transformações na natureza.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as expectativas de aprendizagem

A Base Nacional Comum Curricular determina aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas por todos os alunos na Educação Básica, mantendo a liberdade dos

entes federados de construir seus próprios currículos de acordo com suas realidades, mas oferecendo um documento que indica as habilidades a serem desenvolvidas e proporcionando igualdade de oportunidades.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 7.

As expectativas de aprendizagem são organizadas em competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental. As competências são mais amplas e trabalhadas durante os nove anos do ciclo. Há competências gerais, que não estão ligadas a nenhuma disciplina específica e visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; além delas, há competências específicas de Ciências Humanas, que são relativas à interpretação do mundo, de processos e fenômenos sociais, políticos e culturais, e à compreensão do aluno do seu papel em tais processos; e, por fim, há as competências específicas de Geografia, que tratam da formação da identidade e do desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Desse conjunto também fazem parte as competências socioemocionais, ou seja, o desenvolvimento de atitudes e valores, como empatia, autonomia e respeito. Elas devem ser alcançadas por meio do trabalho com os conteúdos e também das práticas de sala de aula, em que o professor deve atentar constantemente para o respeito à diversidade, incentivar os alunos na conquista da autonomia, reconhecê-los como agentes da realidade e valorizar suas experiências, entre outras ações, para criar um ambiente propício ao desenvolvimento integral do aluno.

Segundo Paul Tough (2012 apud PORVIR, 2014), as competências socioemocionais “são habilidades que você pode aprender; são habilidades que você pode praticar; e são habilidades que você pode ensinar”. A formação integral concebe a educação escolar muito além da transmissão de conteúdos, visando ao desenvolvimento humano global, incluindo

o trabalho consciente e direcionado com as competências socioemocionais, mesmo porque o desenvolvimento destas impacta positivamente o aprendizado dos conteúdos conceituais. No Material Digital, são sugeridos, por exemplo, diversos momentos de trabalho em grupo que contribuem para o desenvolvimento de várias competências, em especial as socioemocionais, ao promover situações de respeito, escuta e cooperação entre os alunos.

As habilidades apresentadas na BNCC são mais específicas que as competências e estão organizadas por disciplina e ano, de modo a orientar o trabalho do professor, garantindo que todas as competências e habilidades tenham sido desenvolvidas ao final do Ensino Fundamental.

As habilidades estão relacionadas, no Ensino Fundamental de Geografia, a cinco unidades temáticas: "O sujeito e seu lugar no mundo"; "Conexões e escalas"; "Mundo do trabalho"; "Formas de representação e pensamento espacial"; e "Natureza, ambientes e qualidade de vida". A cada ano, variam os objetos de conhecimento de cada unidade e as habilidades correspondentes. Portanto, as unidades temáticas devem ser trabalhadas concomitantemente, de forma integrada, analisando situações e fenômenos por diferentes perspectivas. É importante destacar também que foi observada a progressão do conhecimento na distribuição das habilidades de um ano para outro:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com **desafios de maior complexidade**, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, **retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas**, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante **fortalecer a autonomia** desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Educação, Geografia e tecnologia

Vivemos na “era da informação” ou “era digital”. Precisamos considerar, ao trabalhar com crianças e jovens, que elas têm, cada vez mais cedo, contato com aparelhos que permitem a troca de informações de maneira muito rápida. O presente material visa incluir as novas tecnologias, que estão em outros campos da vida, também na educação, atentando para um uso responsável e crítico.

É essencial lembrar que, apesar de vivermos uma propagação significativa de novas tecnologias e meios de comunicação, esse processo ainda não ocorre de modo democrático, havendo muitas comunidades e lugares que não têm acesso às inovações tecnológicas.

Além disso, estudos comprovam que a escolaridade é fator decisivo para a inclusão digital do brasileiro (IBOPE, 2013). Não basta ter acesso às ferramentas se a pessoa não está preparada para fazer bom uso delas, por falta de familiaridade com processos de pesquisa ou interpretação de texto, por exemplo.

A escola, portanto, deve tomar para si o compromisso de possibilitar o uso de ferramentas digitais, orientando os alunos e incluindo-as, sempre que possível, na rotina da sala de aula. Deve estimular, também, a inclusão da tecnologia nas produções dos próprios alunos, incentivando e viabilizando, entre outros, a criação de materiais audiovisuais e a pesquisa na internet de forma sistematizada.

É igualmente importante apresentar aos alunos maneiras seguras de utilizar alguns recursos, garantindo a adoção de comportamentos essenciais, como a checagem de fontes das informações e os limites de autoexposição na internet, por exemplo.

O trabalho com tecnologias digitais está previsto na competência geral número 5 da BNCC, evidenciando sua importância para a formação integral dos alunos na atualidade:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 9.

O ensino de Geografia busca contribuir para a formação de um pensamento crítico, por meio do estudo da relação sociedade-natureza e da produção do espaço. Acompanhar as mudanças tecnológicas que ocorrem atualmente e analisá-las é passo fundamental nesse caminho.

A tecnologia aparece como conteúdo em diversos momentos da coleção, como ao tratarmos, por exemplo, de comunicação, localização e direções, temas nos quais a tecnologia atual tem grande relevância, pelo crescimento do uso de ferramentas como GPS e imagens de satélite. Já no sexto ano, ao abordar o tema comunicação cartográfica e tecnologias, o destaque é para as diferentes maneiras de representar o espaço geográfico e sua relação com as tecnologias modernas, entre as quais estão as fotografias aéreas e as imagens de satélite.

Todo esse trabalho visa proporcionar ao aluno meios para compreender a realidade em que vive, estabelecendo relações com suas experiências, seus lugares de vivência e outros espaços.

A diversidade

A diversidade é tema recorrente no ensino de Geografia, pois essa disciplina está comprometida com questões relacionadas à identidade e a diferentes modos de vida e realidades, conforme previsto na competência específica de Ciências Humanas número 4: “Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de

grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2018, p. 355).

É imprescindível que o professor esteja atento para criar um ambiente seguro e respeitoso, no qual os alunos possam se expressar livremente, com a certeza de que serão respeitados, independentemente de sua origem, classe social, gênero, orientação sexual, entre outros aspectos. O desenvolvimento de tais valores está previsto na Base Nacional Comum Curricular em alguns momentos, como na competência específica de Geografia número 6: “Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2018, p. 364.); na competência específica de Ciências Humanas número 1: “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 355.), e na competência geral da Educação Básica número 9:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 10.

Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica reafirmam a importância do respeito à diversidade ao apresentar a educação como direito universal:

[...] Isso significa que todas as pessoas, independente do seu sexo; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática.

Reconhecer e realizar a educação como direito humano e a Educação em Direitos Humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação, exige posicionamentos claros quanto à promoção de uma cultura de direitos. Essa concepção de Educação em Direitos Humanos é refletida na própria noção de educação expressa na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). [...]

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 496.

Desenvolvimento do conteúdo

No **sexto ano**, a relação entre a sociedade e a natureza como agente produtor do espaço geográfico é o foco. Esse volume apresenta conceitos e habilidades essenciais para o estudo da Geografia que estarão presentes, de forma aprofundada, ao longo dos demais volumes.

No **sétimo ano**, o enfoque é mais direcionado para o espaço geográfico brasileiro. Nesse volume há o estudo, entre outros temas, do processo de formação do território nacional e da população brasileira, valorizando os diversos povos que foram base para a construção populacional do país.

O **oitavo ano** trabalha conteúdos mais voltados à dinâmica do espaço geográfico mundial, com foco nas dinâmicas populacionais, nas regionalizações e nos espaços geográficos da América, África e Antártida.

O **nono ano** dá continuidade ao estudo do espaço geográfico mundial trabalhando os aspectos da globalização no mundo atual, com enfoque nas particularidades da Europa, Ásia e Oceania.

Metodologias no ensino de Geografia

Algumas metodologias de ensino favorecem bastante o trabalho com os conteúdos da Geografia, como as que incluem atividades de trabalho de campo e estudo do meio e aquelas que promovem o trabalho com cartografia. Essas e outras metodologias devem ser pensadas de acordo com a fase em que os estudantes se encontram:

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. [...]

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018. p. 58.

Trabalho de campo e estudo do meio

Trabalho de campo é um passeio ou visita a determinado lugar com a finalidade de coletar informações, enquanto o estudo do meio é um trabalho com várias etapas, que inclui trabalho de campo. Esse tipo de metodologia é fundamental no ensino de Geografia, uma vez que o objeto de estudo dessa ciência é o espaço geográfico. O contato e a observação do espaço e seus elementos naturais e humanos (ou culturais) permitem, por exemplo, a verificação empírica de informações e conceitos trabalhados em sala de aula.

Além disso, o trabalho de campo possibilita a interdisciplinaridade, posto que a realidade não é apreendida exclusivamente com as ferramentas da Geografia. Esse tipo de trabalho costuma ter grande potencial de atração dos alunos, envolvendo-os ativamente no processo de aprendizagem.

Sugerimos que sejam feitos alguns passeios a fim de observar e interpretar a paisagem e determinados elementos. Em geral, costumam ser realizados na escola ou em

seu entorno, alinhando-se à proposta de partir dos espaços de vivência dos alunos e viabilizando sua realização na maioria das escolas do país.

O trabalho de campo deve sempre ser precedido de um planejamento de percurso e objetivos. Elaborado pelo professor em um primeiro momento e, em seguida, com os alunos, deve também envolver alguma forma de registro e um trabalho de análise posterior.

O trabalho com a cartografia

A cartografia está bastante presente na coleção, que desenvolve a cada ano diferentes habilidades ligadas à unidade temática “Formas de representação e pensamento espacial”, da Base Nacional Comum Curricular. São promovidos o contato e a leitura de várias formas de representação espacial, além da elaboração de representações em diversos formatos, a fim de desenvolver cada habilidade.

Busca-se o domínio da linguagem cartográfica para uso no dia a dia, como leitura de mapas para circulação, e também para maior aprofundamento dos estudos em Geografia, pois a representação cartográfica é uma linguagem essencialmente geográfica que nos ajuda a visualizar e relacionar diferentes fenômenos espaciais.

A cartografia liga-se ao trabalho com conteúdos conceituais e pensados para desenvolver o raciocínio geográfico, atribuindo sentido aos conteúdos cartográficos e evitando o uso do mapa como fim em si mesmo, conforme prevê a BNCC.

Considerações finais

O Manual do Professor – Material Digital foi elaborado com a finalidade de oferecer alternativas que colaboram para o desenvolvimento das competências e habilidades apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental – Anos Finais.

O presente material também viabiliza maior inserção de tecnologias digitais na educação, desafio há muito tempo presente em nosso país, cuja superação contribui para a

democratização dos meios de comunicação, sendo um passo no caminho do combate à desigualdade.

Simultaneamente ao trabalho com noções, conceitos, habilidades e competências específicos da Geografia, buscamos orientar o professor para o desenvolvimento de valores e competências socioemocionais, tão importantes para a formação integral dos alunos, entendendo a educação como o principal meio de construção de um mundo mais justo.

Lembramos, ainda, que o material apresentado pode e deve ser adaptado de acordo com as necessidades de cada turma e professor.

Bibliografia

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 4 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Leitura e Escrita PRALER. **Caderno de Teoria e Prática 6**: avaliação e projetos na sala de aula. Brasília, DF: FNDE/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/praler/tp/tp6.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. **Aprendizagem baseada em projetos**: guia para professores de ensino fundamental e médio. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- CENTRO DE ESTUDOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL. O uso da internet por alunos brasileiros de Ensino Fundamental e Médio. **Panorama Setorial da Internet**, São Paulo, ano 5, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama%20Setorial%20AGOSTO%202013_FINAL.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.
- CHAVES, Luis Fernando Prado. A desigualdade social no acesso à internet está, mais do que nunca, escancarada. **CartaCapital**, 29 set. 2016. Disponível em: <www.justificando.com/2016/09/29/desigualdade-social-no-acesso-internet-esta-mais-do-que-nunca-escancarada>. Acesso em: 4 out. 2018.
- HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- IBOPE. Escolaridade é fator decisivo para inclusão digital do brasileiro. **Ibope Notícias**, 14 fev. 2013. Disponível em: <www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Escolaridade-e-fator-decisivo-para-inclusao-digital-do-brasileiro.aspx>. Acesso em: 4 out. 2018.
- COMPETÊNCIAS socioemocionais. **Porvir**, 23 set. 2014. Disponível em: <<http://porvir.org/especiais/socioemocionais/>>. Acesso em: 4 out. 2018.